BANCO DE LA PROVINCIA DE BUENOS AIRES

Banco Provincia

SUCURSAL SÃO PAULO - CNPJ 44.189.447/0001-26 - Rua Líbero Badaró, 425 - 26º Andar - Centro - CEP 01009-905 - São Paulo - SP - PABX (0XX11) 3188-4777

Demonstrações Financeiras

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro (Em milhares de reais)

ATIVO	2018	2017
Circulante	**101.710**	**140.809**
Disponibilidades (Nota 4)	160	638
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 4 e 5(a))	55.413	35.307
Aplicações em operações compromissadas	6.808	35.307
Aplicações em moeda estrangeira	48.605	-
Títulos e valores mobiliários (Nota 6(a))	24.702	67.055
Carteira própria	6.719	37.065
Vinculados a prestação de garantias (Nota 7(c))	17.983	29.990
Vinculados à aquisição de ações de empresas estatais	54	54
Provisão para desvalorização de títulos	(54)	(54)
Operações de crédito (Nota 8)	-	3.790
Empréstimos e títulos descontados	-	3.809
Provisão para crédito em liquidação duvidosa (Nota 8 (d))	-	(19)
Outros créditos	21.324	33.903
Carteira de câmbio (Nota 9(a))	32.605	43.821
Diversos (Nota 9(b))	1.112	732
Provisão para outros créditos em liquidação duvidosa (Nota 8(d))	(12.393)	(10.650)
Outros valores e bens	111	116
Despesas antecipadas	111	116
Permanente	**125**	**152**
Imobilizado de uso	119	143
Imóveis de uso	871	871
Outras imobilizações de uso	885	885
Depreciações acumuladas	(1.637)	(1.613)
Intangíveis	6	9
Ativos intangíveis	258	258
Amortização acumulada	(252)	(249)
Total do ativo	**101.835**	**140.961**

PASSIVO	2018	2017
Circulante	**1.820**	**38.525**
Relações interfinanceiras e interdependências	-	521
Ordens de pagamento	-	521
Outras obrigações	1.820	38.004
Carteira de câmbio	-	36.382
Fiscais e previdenciárias (Nota 12(b))	186	789
Provisão para pagamentos a efetuar (Nota 12 (c))	348	534
Provisão de passivos contingentes (Nota 11 (b))	1.286	299
Patrimônio Líquido (Nota 13)	**100.015**	**102.436**
Capital		
De domiciliados no exterior	108.594	108.594
Prejuízos acumulados	(8.579)	(6.158)
Total do passivo e patrimônio líquido	**101.835**	**140.961**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado (Em milhares de reais)

	Semestre findo em 31 de dezembro 2018	Exercícios findos em 31 de dezembro 2018	2017
Receitas de intermediação financeira	4.945	10.880	13.130
Operações de crédito	-	132	628
Resultado de títulos e valores mobiliários (Nota 6(b))	2.302	5.585	9.922
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Nota 7 (d))	2.643	5.163	2.580
Despesas da intermediação financeira	(4.078)	(3.177)	(2.787)
Operações de captação no mercado	(2)	(7)	(17)
Operações de empréstimos e repasses	-	-	(2.564)
Resultado de operações de câmbio	(2.857)	(1.446)	(54)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8(d))	(1.219)	(1.724)	(152)
Resultado bruto da intermediação financeira	867	7.703	10.343
Outras receitas/despesas operacionais	(4.120)	(9.949)	(8.002)
Receitas de prestação de serviços	-	-	1
Despesas de pessoal (Nota 14)	(1.340)	(4.574)	(4.253)
Outras despesas administrativas (Nota 15)	(1.607)	(3.187)	(3.298)
Despesas tributárias	(1.174)	(2.190)	(592)
Outras receitas operacionais (Nota 16)	1	2	140
Resultado operacional	(3.253)	(2.246)	2.341
Resultado não operacional	-	-	(8)
Resultado antes da tributação sobre lucro e participações	(3.253)	(2.246)	2.333
Imposto de renda e contribuição social	532	(114)	(655)
Provisão para imposto de renda (Nota 18)	298	(52)	(360)
Provisão para contribuição social (Nota 18)	234	(62)	(295)
Participações estatutárias no lucro	(53)	(63)	(181)
Lucro/ (prejuízo) líquido	(2.774)	(2.423)	1.497

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa (Em milhares de reais)

	2º Semestre/2018	Exercícios 2018	2017
Lucro/(Prejuízo) líquido ajustado	**(2.496)**	**(3.100)**	**1.696**
Lucro/(Prejuízo) líquido	(2.774)	(2.423)	1.497
Ajustes ao lucro líquido			
Provisão para perdas ações e cotas	-	-	8
Depreciações e amortizações	14	27	32
Provisão líquida para créditos em liquidação duvidosa	1.219	1.724	152
Rendas de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento	(955)	(2.428)	(6.044)
Baixa de ativo permanente	-	-	7
Variações de ativos e passivos	**(13.777)**	**(42.159)**	**4.389**
Variação de aplicações interfinanceiras de liquidez	8.291	(20.106)	7.645
Variação de relações interfinanceiras	(300)	(521)	(138)
Variação de operações de crédito	-	3.809	2.956
Variação de carteira de câmbio ativa e passiva	(21.004)	(25.166)	(59.924)
Variação de outros créditos	(676)	(378)	(352)
Variação de outros valores e bens	(4)	5	(83)
Variação de outras obrigações	(84)	198	682
Variação de empréstimos	-	-	(66.245)
Atividades operacionais - caixa líquido proveniente (aplicado)	**(16.273)**	**(45.259)**	**6.085**
Resgate de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento	54.069	108.880	1.605
Aquisição de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento	(38.724)	(64.099)	(1.818)
Aquisição de imobilizado	-	-	(8)
Atividades de investimentos - caixa líquido proveniente (aplicado)	**15.345**	**44.781**	**(6.265)**
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	**(928)**	**(478)**	**(180)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	1.088	638	818
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	160	160	638
Redução no caixa e equivalentes de caixa	**(928)**	**(478)**	**(180)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Em milhares de reais)

	Capital realizado	Reserva de Lucros: Reserva legal	Reserva de Lucros: Retenção de lucros	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	108.594	-	-	(7.655)	100.939
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.497	1.497
Saldos em 31 de dezembro de 2017	108.594	-	-	(6.158)	102.436
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(2.421)	(2.421)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	108.594	-	-	(8.579)	100.015
Saldos em 30 de junho de 2018	108.594	-	-	(5.805)	102.789
Prejuízo líquido do semestre	-	-	-	(2.774)	(2.774)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	108.594	-	-	(8.579)	100.015

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: O Banco de la Provincia de Buenos Aires - Sucursal São Paulo ("Banco" ou "Instituição") tem como objetivo a prática de operações e serviços permitidos aos bancos comerciais, de acordo com as disposições legais e normas do Banco Central do Brasil (BACEN), notadamente operações de fomento ao comércio exterior. As demonstrações financeiras elaboradas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas pela Diretoria em 16 de março de 2019. No 2º semestre de 2017, foi deliberada a decisão pela diretoria da Matriz do Banco de la Provincia de Buenos Aires, sediado na Argentina, em descontinuar as atividades bancárias do Banco na Sucursal São Paulo, Brasil, conforme resolução interna nº 1.318/17 de 26 de outubro de 2017. A documentação formal referente ao encerramento das atividades e a proposta de alteração da natureza jurídica da Sucursal São Paulo em escritório de representação foi encaminhada ao Banco Central do Brasil para sua homologação no dia 13 de março de 2018. Esse processo de alteração da natureza jurídica envolverá a liquidação dos ativos e passivos de forma gradual e posterior encerramento das atividades bancárias no Brasil.

2. Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir das práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pela Lei nºs 11.638/07 e 11.941/09 para a contabilização das operações associadas, quando aplicável, normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e demais normas do Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro (COSIF). As demonstrações financeiras incluem, quando aplicável, estimativas e premissas contábeis no que se refere a constituição de provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN são: • Resolução nº 3.566/08 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos; • Resolução nº 3.604/08 – Demonstração do Fluxo de Caixa; • Resolução nº 3.750/09 – Divulgação sobre Partes Relacionadas; • Resolução nº 3.823/09 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes; • Resolução nº 3.973/11 – Eventos Subsequentes; • Resolução nº 3.989/11 – Pagamento Baseado em Ações; • Resolução nº 4.007/11 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; • Resolução nº 4.144/12 – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro; e • Resolução nº 4.424/15 – Benefícios a Empregados. Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização dos mesmos será de forma prospectiva ou retrospectiva. Com isso, ainda não é possível estimar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações financeiras da Instituição.

3. Principais práticas contábeis: (a) Apuração do resultado: As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas pelo método exponencial. **(b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e em moeda estrangeira (considerados na rubrica Disponibilidades e Aplicações Interfinanceiras de Liquidez com prazo original igual ou inferior a 90 dias). **(c) Aplicações interfinanceiras de liquidez:** As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. **(d) Títulos e valores mobiliários:** De acordo com a Circular nº 3.068 de 8 de novembro de 2001 e regulamentação complementar de 30 de junho de 2002, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da administração. No caso do Banco, é classificado na categoria Títulos Mantidos até o Vencimento: adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida do resultado do período. **(e) Instrumentos financeiros derivativos:** De acordo com a Circular nº 3.082 de 30 de janeiro de 2002 e regulamentações posteriores, em 30 de junho de 2002, os instrumentos financeiros derivativos são classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da administração para fins ou não de proteção (*hedge*), com vigência a partir de 1º de janeiro de 2002. Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de proteção, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado do período. Os instrumentos financeiros derivativos que atendam aos critérios de proteção, classificados como "*hedge* de risco de mercado", bem como os objetos de proteção (ativo ou passivo) são contabilizados pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração de resultado, exceto se o objetivo da proteção for título e valor mobiliário classificado na categoria de título mantido até o vencimento que, nesse caso, tanto o título como o instrumento financeiro derivativo serão contabilizados pelas condições intrínsecas contratadas, não sendo avaliados pelo valor de mercado. O Banco deteve durante o exercício de 2018 e 2017 instrumentos financeiros derivativos classificados como hedge de risco de mercado. **(f) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa:** As operações de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682, de 21/12/1999 do CMN, alterada pelo artigo 2º da Resolução nº 2.697 de 24/02/2000, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo) e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Período de atraso	Classificação do cliente
De 1 a 14 dias	A
De 15 a 30 dias	B
De 31 a 60 dias	C
De 61 a 90 dias	D
De 91 a 120 dias	E
De 121 a 150 dias	F
De 151 a 180 dias	G
Superior a 180 dias	H

A atualização (*accrual*) das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em conta as normas e instruções do BACEN, associadas às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito. Considerando-se exclusivamente a inadimplência, as baixas de operações de crédito (*write-offs*), devem ser efetuadas após 360 dias do vencimento do crédito ou após 540 dias, para operações com prazo a decorrer superior a 36 meses. **(g) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019. **(h) Outros ativos circulantes e realizável a longo prazo:** Os demais ativos são demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias em base *pro rata* dia e cambiais auferidos e ajustado ao valor de mercado ou realização, quando aplicável. **(i) Ativo permanente:** Os investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda, quando aplicável. O ativo imobilizado é demonstrado ao custo, combinado com os seguintes aspectos: depreciação do imobilizado, pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens, sendo o imobilizado de uso - edificações - 4%, equipamentos de processamento de dados - 20% e demais bens - 10%. **(j) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment):** É reconhecida uma perda por impairment se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Nenhuma perda por impairment foi reconhecida no resultado do exercício de 2018 e 2017. **(l) Ativos e passivos contingentes:** São avaliados, reconhecidos e divulgados de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução nº 3.823, de 16/12/2009, do CMN e Carta Circular nº 3.429, de 11/02/2010 do BACEN. • Ativos contingentes: Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados nas notas explicativas. • Passivos contingentes: São constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos; a natureza das ações; similaridade com processos anteriores; complexidade; e no posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e divulgação. **(k) Outros passivos:** Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos apurados em base *pro rata* dia e as variações monetárias ou cambiais incorridos.

4. Caixa e equivalentes de caixa: Compostos por disponibilidades em moeda nacional e estrangeira, sem risco significativo de mudança de valor.

	2018	2017
Disponibilidades em moeda nacional	45	123
Disponibilidades em moeda estrangeira	115	515
Total	**160**	**638**

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	2018	2017
a) Aplicações em operações compromissadas	6.808	35.307
Aplicações em moedas estrangeiras	48.605	-
Total	55.413	35.307

As aplicações interfinanceiras de liquidez referem-se às operações de curto prazo, com liquidez imediata e sem variação significativa em seu valor justo, com rendimento médio de 2,66% a.a. com vencimento máximo em 14/01/2019. **b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez:** Classificadas na demonstração do resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários.

	2º semestre/2018	2018	2017
Rendas de aplicações em operações compromissadas	992	2.786	3.781
Rendas de aplicações no exterior	356	371	98
	1.348	3.157	3.879

6. Títulos e valores mobiliários

(a) Classificação por categorias e prazos

Títulos - 2018	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	Valor contábil	Valor de custo atualizado	Valor de mercado (1)
Mantidos até o vencimento							
Certificado de privatização	-	-	-	-	-	54	-
Letras Financeiras do Tesouro (2)	-	24.702	-	-	24.702	24.702	24.702
Total	-	24.702	-	-	24.702	24.756	24.702

Títulos - 2017	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	Valor contábil	Valor de custo atualizado	Valor de mercado (1)
Mantidos até o vencimento							
Certificado de privatização	-	-	-	-	-	54	-
Letras Financeiras do Tesouro (2)	-	54.232	12.823	-	67.055	67.055	67.053
Total	-	54.232	12.823	-	67.055	67.109	67.053

(1) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na ANBIMA na data de 31 de dezembro de 2018 e de 2017. Os títulos classificados como mantidos até o vencimento são contabilizados ao valor de custo atualizado e custodiado na (SELIC).

(2) O saldo de R$9.880 (R$17.641 em 2017) registrado dentro do montante de R$24.702 (R$67.055) LFT, refere-se a prestação de garantia de margem na B3 S.A., conforme nota explicativa nº 7c.

(b) Resultado de títulos e valores mobiliários

	2º semestre/2018	2018	2017
Rendas de operações interfinanceiras de liquidez (Nota 5(b))	1.348	3.157	3.879
Rendas de títulos de renda fixa	954	2.428	6.043
Total	2.302	5.585	9.922

7. Instrumentos financeiros derivativos: O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais ou de compensação, que se destinam a atender às necessidades próprias ou de seus clientes, a fim de reduzir sua exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros. A política de atuação, os controles de monitoramento e as estratégias de operações seguem as diretrizes da Administração do Banco.

(a) Valor dos instrumentos registrados em contas de compensação

	2018	2017
Contratos de futuros		
Dólar	121.147	16.540

(b) Composição dos instrumentos financeiros derivativos

	2018	2017
Contratos de futuros	(90)	-

(c) Margem de garantia: O quadro a seguir resume os valores depositados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e em *Clearing* de Câmbio, referente as garantias de operações realizadas com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

Descrição	2018 Quantidade	2018 Valor de custo atualizado	2018 Valor de mercado	2017 Quantidade	2017 Valor de custo atualizado	2017 Valor de mercado
B3 S.A. Garantia: LFT	1.000	9.881	9.880	1.900	17.641	17.641
Clearing de Câmbio Garantia: LFT	820	8.102	8.102	1.330	12.349	12.349
Total	1.820	17.983	17.982	3.230	29.990	29.990

(d) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	2º semestre/2018	2018	2017
Resultado com instrumentos financeiros derivativos - futuros	2.643	5.163	(54)

8. Operações de crédito

(a) Composição total da carteira

	2018	2017
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (i)	26.263	37.977
Empréstimos e títulos descontados	-	3.809
Total das operações de crédito	26.263	41.786
Outros créditos (ii)	1.957	2.309
Total	28.220	44.095

(i) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados no balanço patrimonial como redução de "Outras obrigações - Carteira de câmbio" (Nota 12(a)).

(ii) Outros créditos compreendem rendas a receber sobre contratos de câmbio (Nota 9(a)).

(b) Composição das operações de crédito por nível de risco: A composição da carteira de operações de créditos e outros créditos, por faixa de vencimento das operações:

	2018	2017
Parcelas a vencer		
De 01 a 15 dias	-	-
De 16 a 30 dias	-	10.670
De 31 a 60 dias	-	-
De 61 a 90 dias	-	4.048
De 91 a 120 dias	-	11.597
De 121 a 150 dias	-	-
De 151 a 180 dias	-	-
De 181 a 360 dias	-	17.780
	-	44.095

	2018	2017
Parcelas vencidas		
De 01 a 15 dias	-	-
De 15 a 30 dias	-	-
De 31 a 60 dias	-	-
De 61 a 120 dias	17.586	-
De 121 a 150 dias	-	-
De 151 a 180 dias	-	-
De 181 a 240 dias	10.634	-
Total	28.220	44.095

Nível de risco	Percentual de Provisão	Total da Carteira em 2018	PCLD
D	10,%	17.586	1.759
H	100,0%	10.634	10.634
Total		28.220	12.393

Nível de risco	Percentual de Provisão	Total da Carteira em 2017	PCLD
AA	-	10.244	-
A	0,50%	5.965	30
C	3,00%	17.780	533
H	100,00%	10.106	10.106
Total		44.095	10.669

(c) Distribuição das operações de crédito por setor de atividade econômica

Atividade econômica	2018	2017
Indústria	28.220	38.130
Comércio	-	3.647
Outros serviços	-	2.318
	28.220	44.095

(d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão de créditos de liquidação duvidosa apresentou as seguintes movimentações durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	2018	2017
Saldo inicial	10.669	10.517
Constituição	1.854	152
Reversão	(130)	-
Saldo final	12.393	10.669

(e) Renegociação e recuperação de operações de créditos

Não houve renegociação e recuperação de operações de crédito durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

9. Outros créditos

(a) Carteira de câmbio

	2018	2017
Câmbio comprado a liquidar - exportação	30.647	41.512
Direitos sobre vendas de câmbio	-	32.338
(-) Adiantamento de moeda estrangeira	-	(32.338)
Rendas sobre adiantamentos concedidos (Nota 8(a))	1.957	2.309
Total	32.604	43.821

(b) Diversos

	2018	2017
Adiantamentos e antecipações salariais	19	-
Devedores por depósitos em garantia	37	-
Impostos e contribuições	939	590
Depósitos de recursos judiciais	89	89
Outros	29	53
Total	1.113	732

10. Obrigações por empréstimos e repasses

Despesas com operações de empréstimos

	2º semestre/2018	2018	2017
No exterior	-	-	2.564

O passivo com empréstimos no exterior foi inteiramente liquidado em 28/12/2017, cujo montante de R$2.564 refere-se a apropriação de despesas de juros incorridas no período.

11. Ativos e passivos contingentes: (a) Ativos contingentes: Os ativos contingentes não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências irrefutáveis que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outra obrigação.

(b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis: A Administração entende que a provisão constituída para o processo trabalhista é suficiente para atender perdas decorrentes do respectivo processo.

	2018	2017
Movimentação das contingências cíveis e fiscais		
Saldo inicial	299	121
Constituição da provisão	987	178
Saldo final	1.286	299

(c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis: Não há processos classificados com risco de perda possível para fins de divulgação.

(d) Obrigação legal: O montante de R$ 89 (R$ 89 em 2017) de depósitos de recursos judiciais apresentados na nota explicativa nº 9b, refere-se a recursos interpostos acerca de recolhimento de impostos.

12. Outras obrigações

(a) Carteira de câmbio

	2018	2017
Obrigações por compra de câmbio	-	41.285
Câmbio vendido a liquidar	26.263	33.074
(-) Adiantamentos sobre contratos de câmbio (Nota 8(a))	(26.263)	(37.977)
Total	-	36.382

(b) Fiscais e previdenciárias

	2018	2017
Impostos e contribuições a recolher	186	789
Total	186	789

(c) Provisão para pagamentos a efetuar

	2018	2017
Negociação e intermediação de valores	91	10
Impostos e contribuições a recolher	257	524
Total	348	534

13. Patrimônio líquido: (a) Capital social: O capital social corresponde ao investimento da matriz estrangeira, inteiramente integralizado em moeda corrente nacional, acrescido das reservas capitalizadas. **(b) Dividendos:** Não houve distribuição de dividendos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

14. Despesas de pessoal

	2º semestre/2018	2018	2017
Proventos	(533)	(1.768)	(2.207)
Benefícios	(626)	(1.403)	(1.290)
Encargos sociais	(180)	(1.402)	(741)
Treinamentos	(1)	(1)	(15)
Total	(1.340)	(4.574)	(4.253)

15. Outras despesas administrativas

	2º semestre/2018	2018	2017
Serviços técnicos especializados	(275)	(411)	(287)
Processamento de dados	(469)	(970)	(1.051)
Despesas de comunicação	(264)	(541)	(512)
Honorários da diretoria (Nota 17(a))	(222)	(482)	(437)
Despesa do sistema financeiro	(58)	(120)	(132)
Despesas com serviços de terceiros	(52)	(101)	(110)
Despesas com manutenção e conservação de bens	(49)	(114)	(150)
Despesa de condomínio	(57)	(111)	(143)
Despesa com contribuição a entidade de classe	(13)	(31)	(95)
Despesas com segurança e vigilância	(73)	(145)	(140)
Depreciação e amortização	(13)	(27)	(39)
Despesas de transporte	(9)	(22)	(44)
Outras despesas administrativas	(53)	(112)	(158)
Total	(1.607)	(3.187)	(3.298)

16. Outras receitas operacionais

	2º semestre/2018	2018	2017
Outras receitas operacionais			
Reembolsos de despesas	1	2	-
Outras rendas de aplicações no exterior	-	-	140
Total	1	2	140

17. Partes relacionadas: (a) Remuneração do pessoal-chave: da administração: O pessoal-chave da administração inclui um diretor. A remuneração paga está demonstrada a seguir:

	2º semestre/2018	2018	2017
Honorários da diretoria	222	482	437

(b) Transações e saldos: Em 31 de dezembro de 2018 não houve transações com outras sucursais e/ou matriz no exterior. Em 31 de dezembro de 2017 foi apurado o montante de R$ 188 referente a despesa com obrigações por empréstimos e repasses, pactuadas em condições normais de mercado.

18. Imposto de renda e contribuição social: a) Composição das despesas com impostos e contribuições: Demonstramos a seguir o Imposto de Renda e Contribuição Social devidos sobre as operações do exercício e sobre as diferenças temporárias decorrentes de adições e exclusões:

	IRPJ 2018	CSLL 2018	IRPJ 2017	CSLL 2017
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o Lucro	(2.306)	(2.306)	1.528	1.528
Alíquota nominal	25%	20%	25%	20%
Adições e (exclusões) temporárias	2.752	2.752	25	25
Total de imposto de renda e contribuição social	**52**	**63**	**349**	**306**

O Banco possui saldo de prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias ativas, não reconhecidos contabilmente, em decorrência do não cumprimento dos requisitos estabelecidos na Resolução 3.059 do BACEN. Os respectivos valores, considerando alíquota de 40% (25%-IR e 15%-CS), em 31 de dezembro, são compostos da seguinte forma:

	2018	2017
Prejuízo fiscal e base negativa	3.642	3.694
Diferenças temporárias	7.727	7.580
Total	**11.369**	**11.274**

19. Outros Assuntos: O Banco recebeu avais e fianças como garantia de operações de câmbio no montante de R$ 14.486 em 2018 (R$ 25.220 em 2017), registrados em conta de compensação.

20. Gestão de risco: Objetivo: O Comitê de Gerenciamento de Riscos tem como objetivo manter controles estruturados em consonância com o perfil operacional do Banco, periodicamente avaliado, de forma que evidencie riscos de liquidez, operacional, de crédito e de capital resultantes das atividades que são desenvolvidas. **Risco de crédito:** Risco de crédito é definido como sendo a probabilidade de perdas associadas à incapacidade do tomador de honrar as suas obrigações nos prazos e condições contratuais, à redução de ganhos e remunerações, a custos de recuperação e à desvalorização do contrato de crédito. A principal diretriz para a política de concessão de crédito é a segurança. Todas as solicitações apresentadas têm seus riscos avaliados de acordo com procedimentos internos estabelecidos. As avaliações têm como foco a capacidade de geração de caixa e os fatores de risco associados à transação. Essa avaliação envolve uma análise técnica da capacidade do cliente em honrar os seus compromissos, das garantias apresentadas e inclui visitas às companhias. As conclusões dessas análises são apresentadas ao comitê de crédito pertinente, sediado na Casa Matriz, em um processo que pode envolver todos os níveis executivos, dependendo do grau de complexidade das decisões e do valor das operações. **Risco operacional:** O Banco de la Provincia de Buenos Aires define o risco operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. A definição enunciada inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência dos contratos firmados pela sucursal, assim como as sanções em razão do não cumprimento dos dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros resultantes das atividades desenvolvidas. Entre os eventos de risco operacional se incluem: (i) fraude interno; (ii) fraude externo; (iii) relações trabalhistas e segurança no trabalho; (iv) dano aos ativos físicos; (v) falhas em TI; (vi) execução, gestão e cumprimento dos prazos dos processos. **Risco de mercado:** O risco de mercado se define como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação de valores de mercado de posições que detenha um Banco. A definição citada inclui os riscos de operações sujeitas à variação cambial, taxa de juros, preços de ações e preços de mercadorias (*commodities*). Os instrumentos de controle que viabilizam a conformidade das diretrizes de Comitê são: (i) Reuniões do Comitê de Gerenciamento de Riscos: Avaliação das estratégias de curto prazo dos potenciais cenários macroeconômicos e do enquadramento das medidas de risco de carteira dentro dos limites estabelecidos. Sistema de mensuração de risco de mercado baseado no método RiskMetrics com VaR paramétrico, adotando-se a hipótese simplificadora de que os retornos dos ativos financeiros, marcados a mercado, seguem uma distribuição normal. Através dos relatórios fornecidos pela solução utilizada, o Banco monitora os valores expostos, a *duration* e o VaR. (ii) Relatório gerencial diário remitido a Gerencia de Risco de Mercado, sediada na Casa Matriz em Argentina, evidenciando as posições e a exposição ao risco da filial. De acordo com a Resolução nº 3.464 do BACEN, a estrutura de gerenciamento de riscos de mercado, caracterizada nesta filial pelo responsável pelo monitoramento de Risco de Mercado, é compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e da dimensão da exposição ao risco da sucursal. Conforme estabelecido na normativa, a presente unidade é segregada das unidades de negociação e da auditoria interna. O sistema utilizado pelo Banco para mensuração de risco de mercado é o método RiskMetrics com VaR paramétrico; neste modelo é adotado a hipótese simplificadora de que os retornos dos ativos financeiros, marcados a mercado, seguem uma distribuição normal. Através dos relatórios fornecidos pela solução utilizada, o Banco monitora os valores expostos, a *duration* e o VaR. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez define-se como a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e os passivos exigíveis, entre cobranças e pagamentos, que possam afetar a capacidade financeira do Banco, levando em conta as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações do Banco. Os controles de risco de liquidez visam identificar quais seriam os impactos no caixa do Banco dado a aplicação de cenários adversos na condição de liquidez da mesma. Esses impactos levam tanto fatores internos o Banco quanto fatores externos. O controle de risco de liquidez no Banco de la Provincia de Buenos Aires é realizado pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos, através de ferramentas como: (i) Plano de contingência de liquidez: estabelece o processo de identificação e categorização de crises de liquidez, a comunicação interna, os planos de ação com as respectivas responsabilidades, assim como o modelo de monitoramento e revisão dos planos. As políticas de contingência e planejamento de liquidez são definidas pela Diretoria conjuntamente com a Mesa de Operações e normas emitidas pela Casa Matriz; (ii) Sistema de gestão de risco de liquidez: a sucursal possui um módulo que permite a realização de testes de estresse e aderência considerando aspectos como: Simulação de parâmetros para carteiras, como atrasos, inadimplência, pagamentos antecipados e simulação de cenários econômicos para verificar a sensibilidade da liquidez e as variações das taxas de juros e câmbio; (iii) Controle de esgotamento do caixa: o esgotamento do caixa é baseado no mapeamento dos fluxos de caixa a pagar e a receber ao longo dos vencimentos das operações. Este controle permite que seja observado o comportamento da carteira para um determinado prazo. De acordo a Resolução no 2.804 (21 de dezembro de 2000) do Banco Central do Brasil, o "Comitê de Gerenciamento de Riscos" tem como um de seus objetivos manter sistemas de controles estruturados em consonância com o perfil operacional da filial, periodicamente avaliados, que permita o acompanhamento permanente das posições assumidas em todas as operações praticadas no mercado financeiro e de capitais, de forma que evidencie o risco de liquidez gerado pelas atividades que desenvolvam. **Risco de capital:** Define-se gerenciamento de capital ao processo contínuo de: (i) monitoramento e controle do capital mantido pelo Banco; (ii) avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que o Banco está sujeita; (iii) planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos do Banco. No marco da Resolução nº 3.988 (30 de junho de 2011), a estrutura de gerenciamento de risco de capital, caracterizada nesta filial pelo "Comitê de Gerenciamento de Riscos", é compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e a dimensão da exposição de riscos da filial.

Divulgação de informações

Índice de Basileia III	2018	2017
Patrimônio de Referência (PR)	100.009	102.429
PR mínimo para RWA	33.728	6.822
Margem Patrimônio de Referência - sem RBAN	66.281	95.607
IB - Índice de Basileia	25,57%	138,88%
Valor Correspondente ao RBAN	404	60
Margem Patrimônio de Referência - com RBAN	65.877	95.548

Guillermo Mario Alberto Lemmo - Diretor Geral

Claudio de Oliveira Santos - CRC 1SP 177.472/O-5

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores do
Banco de la Província de Buenos Aires - Sucursal São Paulo - *São Paulo - SP*

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do Banco de la Província de Buenos Aires - Sucursal São Paulo ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco de la Província de Buenos Aires - Sucursal São Paulo em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen"). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Alteração do objeto social:** Chamamos a atenção para a Nota explicativa 1 às demonstrações financeiras, que descreve que 26 de outubro de 2017 a diretoria da matriz do Banco de la Província de Buenos Aires deliberou pela alteração do objeto social da Sucursal São Paulo, que passará a atuar como um escritório de representação. O processo para cancelamento do Banco como instituição integrante do Sistema Financeiro Nacional foi encaminhada ao Banco Central do Brasil no dia 13 de março de 2018. Até a data do efetivo cancelamento do registro o Banco operará apenas com as transações existentes até a liquidação final dos ativos e passivos, que ocorrerá de forma gradual. As demonstrações financeiras do Banco devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Carlos Massao Takauthi
Contador CRC 1SP206103/O-4